



## Renato Franco<sup>1</sup>

### Do assalto ao céu ao estado exterminista

**Resumo:** Este pequeno ensaio – escrito com o intuito de homenagear a filósofa Olgária Matos – parte de considerações sobre as relações casualmente estabelecidas pelo autor com a referida homenageada (I); em seguida, após destacar a importância dos livros escritos por ela, analisa uma passagem de *A escola de Frankfurt: Luzes e sombras do Iluminismo* apontando nela um conjunto de questões que apareceria também tanto em um livro anterior escrito em 1981 – *Paris 1968: As Barricadas do desejo* – quanto em outro posterior intitulado *Advinhas do tempo: êxtase e revolução*, publicado em 2008. Após a identificação e a análise do referido conjunto de questões, que implica também a determinação da originalidade do movimento estudantil ocorrido em maio de 1968 na França (II) o foco da análise se desloca para o 1968 brasileiro a fim de se identificar sua especificidade. Nesse movimento, são analisados – em contraposição à análise de “Os Amantes Constantes” de Phillippe Garrel levada a cabo pela referida autora – três romances brasileiros publicados em 1967-68 (III). Finalmente, os romances examinados permitem a identificação tanto da permanência da lógica política do ódio, do ressentimento e da lógica política amigo-inimigo no Brasil quanto a gênese de um Estado exterminista no país, caracterizado em seguida em seus principais traços (IV).

**Palavra-chaves:** Olgária Matos; 1968: França e Brasil; Movimento estudantil: 1968; Política e terror; Revolução e terror; Estado exterminista; Literatura brasileira em 1968.

**Abstract:** This small essay - written with the intention of honoring the philosopher Olgária Matos - starts from considerations about the relations casually established by the author with the honoree (I); then, after emphasizing the importance of the books written by her, analyzes a passage of *A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do iluminismo* (The School of Frankfurt: lights and shadows of the Enlightenment) pointing out a set of questions that would appear in two other books also written by her (II). After that, the focus of the analysis shifts to the Brazilian 1968 in order to identify its specificity. In this movement, three Brazilian novels published in 1967-68 are analyzed (III). Finally, the examined novels allow the identification of the permanence of the political logic of hatred and also the genesis of an Extermination (Exterminista) State in the country, characterized in its main features (IV).

**Keywords:** Olgária Matos; 1968: France and Brazil; Student movement: 1968; Politics and terror; Revolution and terror; Extermination State; Brazilian Literature in 1968.

<sup>1</sup> Professor livre docente (aposentado) da Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Araraquara, e Professor voluntário da mesma instituição. Criador e coordenador do GEP Teoria Crítica: tecnologia, cultura e formação na Unesp. E-mail: rbfrancoforte@hotmail.com .

À filósofa Olgária Matos

I

Há certos acontecimentos em nossas vidas perfeitamente inscritos na ordem do acaso. Eles podem nos trazer sorte, embora possam também nos lançar em desgraças – dessas que nos marcam para sempre ou das quais não sabemos como escapar. O acaso, porém, quase nunca me maltratou, ao contrário: orientou positivamente minha vida. Em primeiro lugar, por propiciar a ocasião que me levou a ler em 1968 – em plena ditadura – um ensaio de Walter Benjamin sobre a arte na era da reprodução técnica, exigido no exame oral integrante do vestibular para o curso de Filosofia na Universidade de São Paulo, que, intempestivamente – visto estar então voltado para outra área acadêmica –, resolvi prestar. A leitura despertou em mim, de modo completamente inesperado, enorme atração e interesse pelo autor e obra – na época quase desconhecidos no Brasil – confirmando, assim, o alardeado poder de certos textos de decidir a vida de seus leitores. Em segundo lugar, porque durante a graduação conheci, também por acaso, alguns (poucos) colegas que – como o texto de Benjamin –, exerceriam em mim grande influência: dentre estes, inclui-se Olgária Matos, que talvez só saiba ao ler esse texto quão decisiva foi em minha vida e trajetória acadêmica. Poderia não tê-la conhecido ou ter com ela mantido relação de mero coleguismo, visto frequentarmos o mesmo curso; entretanto, não foi assim. Aproximamo-nos por outras razões, todas elas fortuitas. Por exemplo, durante certo período, frequentávamos a mesma praia e nela conhecíamos as mesmas pessoas. Nessas ocasiões, as conversas costumavam ser animadas, embora em geral restrita a uns poucos, girando quase sempre sobre cinema, literatura e filosofia. Dela eu participava com discrição por me sentir completamente imaturo e quase incapaz de manter por mais tempo um diálogo. Por força dos acontecimentos, Olgária nela introduziu como assunto privilegiado aspectos ou temas da obra de Walter Benjamin; ouvindo-a, pude reafirmar a convicção de que deveria estudar a obra desse filósofo e crítico. Não apenas a dele; também as de outros autores da Teoria Crítica da Sociedade, notadamente Adorno e Horkheimer, além de Herbert Marcuse, de quem eu tinha lido atabalhoadamente *Eros e Civilização*.

Nessas conversas fiquei fortemente impressionado tanto por sua extraordinária gentileza quanto por certa nuance de seu pensamento que, pouco mais tarde, percebi combinar produtivamente o raciocínio rigoroso e sutil com discreta inclinação poética – ou talvez fosse melhor dizer um impulso libertário e contestador? De qualquer modo,

Olgária foi sempre generosa com os amigos: em momento objetivamente difícil me indicou para professor de Filosofia em um curso de jornalismo. A mesma generosidade e nuance de pensamento ainda se manifestariam muitos anos depois. Por exemplo, quando de minha participação em uma banca de doutorado na USP a convite dela, ocasião em que Olgária comentou “que felicidade a gente poder dizer e ouvir coisas tão belas em uma tarde como essa”. Semelhante frase ninguém esquece; tampouco se esquece de quem foi capaz de proferi-la.

## II

Seus livros sobre os frankfurtianos certamente muito contribuíram para consolidar em patamar elevado os estudos sobre a Teoria Crítica no Brasil. Para mim, eles foram de enorme importância: certamente, segura referência. *A Escola de Frankfurt – Luzes e sombras do iluminismo*<sup>2</sup> utilizei como texto básico em vários cursos de graduação ministrados na Unesp. Nesse pequeno livro, Olgária apresenta um aspecto decisivo da Teoria Crítica frankfurtiana: comentando o ensaio de Horkheimer intitulado “Shopenhauer hoje” aponta ter esta vertente teórica considerado o marxismo como “demasiado otimista”, inclusive não hesitando em apelar “a uma racionalidade de tipo hegeliano, a uma concepção positivista da ciência e mesmo a um irracionalismo espontaneísta da violência”<sup>3</sup>. Nessa direção, salienta ter o filósofo alemão postulado tanto a impossibilidade de uma harmonia entre a vontade geral e o particular quanto oposto razão e felicidade, sacrificando assim os indivíduos à construção da universalidade. De modo semelhante, denuncia a concepção de história elaborada pela ciência positivista, que em tudo vê “uma cadeia de acontecimentos” na qual o progresso se realizaria; e também a tendência da teoria marxista em sacrificar a felicidade individual em nome das gerações futuras. Citando Adorno sustenta que

A ideia de progresso e de história universal constituem a ilusão de que existe uma humanidade idêntica a si mesma e que caminha de maneira unitária e harmônica. Não se pode esquecer: há o progresso e, também, as vítimas do progresso.<sup>4</sup>

O desenvolvimento da argumentação desemboca na constatação da necessidade de se elaborar outra concepção de história apta a fazer justiça ao sofrimento individual e de, nesse mesmo movimento, vislumbrar a possibilidade de

<sup>2</sup> MATOS, Olgária. *A Escola de Frankfurt – Luzes e sombras do iluminismo*. São Paulo: Ed Moderna, 1993.

<sup>3</sup> Idem, ibidem, p. 56.

<sup>4</sup> Idem, ibidem, p. 56.

concretização da felicidade, além de ser capaz de se opor enfaticamente à concepção historicista ou burguesa da história – façanha concretizada por Walter Benjamin, notadamente em seu último texto conhecido intitulado “Teses sobre a Filosofia da História” (ou, mais precisamente, “Sobre o conceito de História”). Extraíndo consequências desse raciocínio conclui ser a teoria marxista tributária de certa tradição do pensamento revolucionário, que concebe a violência como uma espécie de “parteira da história”. Nessa perspectiva, esboça uma crítica ao que denomina de “Teorias do Terror”, que abrangeriam “de Robespierre a Lenin ou Stalin”, pressupondo sempre ser o interesse da totalidade “automática e permanentemente hostil, dissimulador das feridas interiores e do interesse particular do cidadão – entendidos, estes, como puro egoísmo e depravação natural”<sup>5</sup>. Obviamente, a crítica se estende a todos os tiranos ou “revolucionários tagarelas” – aqueles capazes de exaltar o sofrimento do povo e ao mesmo tempo de submetê-lo à mais cruel repressão –, mas também ao fascismo e ao nazismo, que tornou Hitler possível, assim como Auschwitz.

Como se pode notar, isso não é certamente pouco. Trata-se de um conjunto bem definido de questões, em todos os aspectos coerente com a sutileza e a discreta disposição poética (ou impulso libertário e contestador) acima referidos. Ora, esse mesmo conjunto aparece tanto em um livro anterior escrito no início da década de 1980 – *Paris 1968: As barricadas do desejo*<sup>6</sup> –, quanto em outro publicado em 2008 – *Advinhas do tempo: êxtase e revolução*<sup>7</sup>. No primeiro, examina com acuidade o movimento estudantil verificado em maio de 1968, na França, que logo se espalhou por boa parte do mundo constituindo o que a autora chama de “internacional estudantil”. Munida de conceitos e análises elaboradas segundo várias perspectivas – mas com especial destaque para as concepções de Claude Lefort e, em menor medida, de Herbert Marcuse –, Olgária demonstra ter este movimento eclodido em uma França que não conhecia na época graves problemas econômicos ou sociais, apresentando, inclusive, taxas relativamente pouco elevadas de desemprego – eclosão que não deixava de constituir uma novidade no campo social ou político, portanto. De fato, seu exame dos acontecimentos procura realçar como a “internacional estudantil” promoveu não tanto um movimento de natureza política – ou seja, capaz de almejar a tomada do poder ou de estimular a classe operária a concretizar uma revolução –, mas um movimento de recusa de determinado estilo de vida. Melhor dizendo, capaz de recusar o modo de viver oferecido pela sociedade industrial avançada – a “sociedade unidimensional”, se preferirmos o conceito

---

<sup>5</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 56-7.

<sup>6</sup> MATOS, Olgária. *Paris 1968. As barricadas do desejo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981. Coleção Tudo é História.

<sup>7</sup> MATOS, Olgária. *Advinhas do tempo: êxtase e revolução*. São Paulo: Ed Hucitec, 2008.

marcuseano –, que seria fundamentalmente incompatível com as necessidades básicas do ser humano, para dizer de modo simplificado. Segundo essa ótica, não deveria causar espanto o fato de o movimento estudantil ter efetivamente paralisado totalmente a França por vários dias, por um lado, nem tampouco não ter ocupado o vazio de poder que se seguiu aos dias gloriosos das barricadas erguidas nas ruas parisienses, por outro: o objetivo do movimento não era político e nem se definia nessa direção – visto ter ele unido de maneira ímpar poesia e política, vida cotidiana e revolução, tendo seu coração pulsado ao ritmo de forte ímpeto libertário. Conforme afirma Olgária:

O maio de 68 foi uma “brecha histórica” e um acontecimento extraordinário, pois colocou em suspensão uma sociedade que se pensava de maneira orgânica e sem fissuras; ensinou que uma revolução não nasce apenas sob o efeito de um conflito interno entre oprimidos e opressores, “mas advém no momento em que [...] se apaga a transcendência do poder [...] [ou] se anula sua eficácia simbólica.”<sup>8</sup>

Como já foi assinalado, o conjunto de problemas acima especificado também constitui a matéria principal do segundo livro mencionado – *Advinhas do tempo: êxtase e revolução*. Nessa obra, Olgária retoma reflexões sobre o maio de 1968, agora considerado como um enigma – ou seja, como algo que pede interpretação, mas ao mesmo tempo a rejeita, dada sua complexidade. Nessa perspectiva, 1968 não se apresenta apenas como um marco ou data histórica ou até mesmo como uma época – traço que o distingue do 11 de setembro, portanto. Ao contrário, Olgária enraíza o movimento estudantil desse ano na história, relacionando-o com as comunas da história de Paris – o que justifica denominá-lo, como faz a autora, de “comuna estudantil”.

Examinando análises sobre o movimento de 1968 elaboradas de diferentes pontos de vista – como as de Edgar Morin, Claude Lefort e Luís Carlos Bresser Pereira<sup>9</sup>, entre outras – Olgária destaca um de seus significados profundos: “O maio francês inovou a crítica ao militante profissional, do partido-vanguarda, do heroísmo revolucionário ou ascetismo bolchevique e seus valores próprios ao campo do ressentimento – a oposição amigo-inimigo”<sup>10</sup>, acrescentando ainda ter tal fenômeno histórico questionado em profundidade o que entendemos comumente “como política e revolução”. Com contundência e rigor, desponta aqui o caráter antiautoritário da autora, em todos os aspectos associados ao impulso libertário que também alimenta

<sup>8</sup> MATOS, Olgária. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. Op. cit., p. 98.

<sup>9</sup> Cf. MATOS, Olgária. *Advinhas do tempo: êxtase e revolução*, op. cit., especialmente pp. 88-9.

<sup>10</sup> Idem, *ibidem*, p. 89.

seu pensamento e postura. Exemplar nessa direção é o registro crítico da “linguagem do ressentimento”<sup>11</sup> própria da esquerda tradicional – mas não apenas dela, evidentemente –, apta quase permanentemente a apelar para “a lógica do insulto e da difamação como arma da superioridade moral”.<sup>12</sup> Encarada desse ângulo, a política – ou mesmo a luta revolucionária – comportaria uma dimensão bárbara, na qual a calúnia e a mentira ocupariam lugar de destaque, além de “inviabilizar laços associativos e agregadores de interesses e paixões, qualquer laço de solidariedade e de amizade”.<sup>13</sup> Em contrapartida, o maio francês teria, ainda segundo a autora, inventado uma linguagem apta tanto a recusar a lógica da calúnia e da difamação quanto de promover nova experiência associativa ou uma relação estreita e fecunda entre democracia e visibilidade, que em todos os aspectos contestaria qualitativamente os termos em que esta relação se reveste nas sociedades industriais avançadas, sejam elas capitalistas ou não. Tratar-se-ia mesmo de uma espécie de reinvenção da ágora grega pelos estudantes, capaz de promover a extroversão alegre e livre do indivíduo no espaço público. Seja dito de passagem: a perspectiva crítica adotada por Olgária nessa questão parece ter hoje na cena brasileira enorme atualidade.

A experiência social proporcionada pelo maio francês de 1968 talvez possa, como sugere ainda a autora, efetivamente ser considerada não apenas como uma recusa da Guerra do Vietnã, que então dominava a cena internacional, como também uma revolta premonitória contra o enorme poder bélico – e tecnológico – que os EUA estavam então constituindo, o qual, por sua vez, incidiria perversamente em muitos aspectos da vida cotidiana em quase todas as partes do mundo, além de suscitar profundas alterações e dissimetrias no cenário mundial – que em muito se agravaria após a destruição das Torres Gêmeas, em 2001, nos EUA, com a adoção da política de combate ao terror. De modo qualitativamente diverso, a comuna estudantil pregava a necessidade de não se fazer a guerra, mas o amor, colocando

a flor no lugar do fuzil – recusa, pois, da política entendida na oposição amigo-inimigo; recusa da política da violência; a da comuna estudantil é a da legitimidade moral, pois abandonam-se todos os “valores agressivos” e belicosos. Em vez de pensar uma sociedade sem valor de troca, o maio quer democratizar o luxo e a abundância, inventando um “desperdício” alternativo que não devaste o planeta.<sup>14</sup>

Enfim, como também sugere Olgária, o maio francês teria disparado uma oportunidade histórica ímpar: a da possibilidade da configuração de inusitados

---

<sup>11</sup> Idem, ibidem, p. 92.

<sup>12</sup> Idem, ibidem, p. 92.

<sup>13</sup> Idem, ibidem, p. 92.

<sup>14</sup> Idem, ibidem, p. 93.

processos de subjetivação, os quais poderiam esboçar uma predisposição social para a recusa da formação seja de personalidades autoritárias, seja de personalidades incapazes de se conformarem às vicissitudes decorrentes do desejo de “servidão voluntária” – que é sempre marcada pela “recusa da liberdade e da responsabilidade, uma vez que a ação é transferida, por procuração, ao Chefe, [...] ao Um”<sup>15</sup>.

### III

Peço aqui desculpas ao leitor e também a Olgária Matos: deveria continuar a examinar vários outros aspectos de sua análise sobre o maio de 68 ou os que, por afinidade eletiva, a ela se relacionam – como é o caso da leitura do valor e importância de *O direito à preguiça*, de Paul Lafargue, belamente desenvolvida no capítulo inicial de *Advinhas do tempo: êxtase e revolução*. Vários outros capítulos do livro também mereceriam atenção e comentário cerrado, dentre os quais destaco os dedicados à obra de Baudelaire ou à análise da concepção de Guy Debord; também o que versa sobre os usos do tempo em Walter Benjamin. Essa tarefa, entretanto, não apenas exigiria um esforço além de minha capacidade como mais tempo e espaço; por essa razão – e por fidelidade aos diálogos que com Olgária pude por um período manter – gostaria de propor um deslocamento da atenção para o 1968 brasileiro.

De fato, embora o movimento estudantil francês de 1968 tenha se espalhado por várias partes do mundo e eclodido com furor nos EUA – então inteiramente mergulhado na desastrosa experiência da guerra do Vietnã, que parece ter criado o chão social apropriado para sua recepção estrondosa –, ele teve aqui, por assim dizer, um impacto diverso, sem deixar de contribuir para o fortalecimento do movimento estudantil local. Entretanto, é de se notar a diferença radical entre as condições sociais e políticas predominantes na França e no Brasil: se naquele país europeu a sociedade não experimentava nenhum tipo de turbulência política, social ou econômica – como já foi mencionado acima –, o Brasil conhecia desde 1964 uma das experiências mais traumáticas de sua história com a implantação de um estado terrorista militarizado<sup>16</sup>. Esta situação forçou o movimento estudantil local a se configurar como um movimento de denúncia e de resistência a ele e à ditadura, que acabou por – aliado a outros fatores históricos e políticos – transformá-lo, por certo

---

<sup>15</sup> Idem, *ibidem*, p. 94.

<sup>16</sup> Sobre esse assunto há hoje, felizmente, alguma bibliografia de qualidade. Limito-me aqui a indicar um ensaio que se refere ao período compreendido entre 1964 e 1969, intitulado “Cultura e Política no Brasil: 1964-1969”, publicado originalmente em *Les Temps Modernes* e republicado em *O Pai de família e outros estudos*, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1977. Em plano mais panorâmico, remeto o leitor ao magnífico ensaio de Paulo Eduardo Arantes intitulado “1964” publicado em *O novo tempo do mundo*, São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

período, no condutor da luta política contra ela. Entretanto, meu objetivo aqui não é o de analisar diretamente essa questão, mas o de examinar como a literatura publicada em 1967-68 configurou certas imagens do país que mantém afinidades eletivas com as questões – acima referidas – examinadas por Olgária Matos nos livros mencionados. O procedimento não é arbitrário: ele mantém afinidades com o exame de *Les Amants réguliers*, de Philippe Garrel, levado a cabo pela autora no ensaio “Paris 1968: a Pólis contemporânea”, incluído em *Advinhas do Tempo: êxtase e revolução*<sup>17</sup>.

Nesse texto, Olgária chama a atenção para o fato de o filme – que dialoga com *Os Sonhadores*, de Bernardo Bertolucci – poder ser inserido “nessa forma romanesca, especificamente francesa, da política – a teatralidade”.<sup>18</sup> Entretanto – salvo engano-, na obra de Garrel despontaria uma espécie de contestação de tal tradição, visto o filme não encenar a violência revolucionária; não apresentar a “teatralização da violência na qual cena e morte, pensamento e sangue estão estreitamente ligados”<sup>19</sup>. A teatralização consistiria na disposição para a repetição de um modelo, ou, como explica Olgária, “ritualizar um mito”. Ainda na perspectiva da autora, no filme em questão, as cenas são “duplas”, pois ocorrem tanto em espaços públicos quanto privados, mas sempre com a intermediação da reflexão, não havendo espaço para a ação tresloucada ou irrefletida – ao contrário, elas seriam ponderadas pela recusa deliberada de matar, de verter sangue e, dessa forma, de instaurar o terror. O filme constituiria um universo político; porém, esse universo estaria impregnado da recusa radical de perpetrar o “traumatismo e a morte” – encarados como contrarrevolucionários. Nessa medida, ele também comporta momentos introspectivos dos personagens, assim como o registro da solidão e da difícil comunicabilidade existencial, recusando-se dessa forma a representar a figura clássica do militante ou do revolucionário ensimesmado na tarefa exclusiva de realizar a revolução – investido (por quem?) na “tarefa de mudar o mundo”. Enfim, destaca ainda a autora, em momento decisivo do filme um personagem, perseguido pela polícia, recebe das mãos de um militante um coquetel molotov, mas em decisão pessoal, tomada no calor da hora, em meio a desabalada carreira em busca da fuga, ele não o lança contra os policiais, recusando com esse ato a morte e o sangue. Olgária destaca: o personagem realiza aqui o velho ideal filosófico da autonomia.

Bem diferente é o que ocorria no Brasil, não apenas com o cinema, mas também com a literatura – que jamais gozou aqui da condição privilegiada que esta

---

<sup>17</sup> Cf. MATOS, Olgária. *Advinhas do tempo: êxtase e revolução*. Op. cit., pp. 77-85.

<sup>18</sup> Idem, ibidem, p.78.

<sup>19</sup> Idem, ibidem, p.78.

teve na França, onde é considerada há muito tempo um bem de utilidade pública<sup>20</sup>. Em 1967, são publicados dois dos romances mais significativos do período, que não deixam de apresentar certos traços apontados por Olgária em sua análise da teatralidade da política francesa ou mesmo das concepções inseridas no que denominou de “Teorias do terror”: *Quarup*, de Antonio Callado, e *Pessach: A travessia*, de Carlos Heitor Cony<sup>21</sup>.

O romance de Callado, composto por sete capítulos, narra a trajetória de Padre Nando, ou melhor, a história de sua transformação: inicialmente voltado para a vida religiosa, aos poucos experimenta forte guinada em direção à vida cotidiana e à acentuada descoberta do desejo sexual – que o impele em direção a total revolução pessoal, finalmente consumada ao assumir a identidade do amigo Levindo, um guerrilheiro, após a morte deste. Esta transformação sustenta a narrativa da transformação da sociedade, já que o ex-padre se junta a Manoel Tropeiro e seus homens para deflagrar o processo revolucionário no país, que deveria se propagar de Pernambuco para o Sul. Entretanto, a imagem da revolução configurada no romance não é sangrenta; ao contrário, talvez se possa até aproximá-la do processo amoroso, visto tanto este como o processo revolucionário envolver desejos radicais e grandes disponibilidades para mudanças abruptas. Além disso, cumpre destacar ser a figura feminina nessa obra de extrema importância, já que a revolução, concebida como não sangrenta, pode ser vista como expressão de um olhar feminino: uma visão quase maternal sobre o nascimento de um tempo verdadeiramente pacificado.

Neste sentido, o romance de Callado, embora não possa ser aproximado da visão exalada pelo filme mencionado de Garrel, ao menos difere bastante do de Cony. De fato, *Pessach: A travessia* é dividido em duas partes: *Pessach (A passagem por cima)* e *A travessia*. Narrado em primeira pessoa, relata a vida de Paulo Simões a partir do dia em que completou 40 anos. Como em *Quarup*, o personagem também é submetido a um decisivo processo de transformação pessoal, ainda que inicialmente isso ocorra contra sua vontade: após conhecer uma moça, a ajuda a realizar difícil empreitada – conduzir a uma fazenda em Rezende um militante revolucionário perseguido pelas forças de repressão política. Nessa tarefa, acaba tanto por se envolver amorosamente com ela quanto por se filiar à organização guerrilheira na qual Vera – nome da personagem – milita; conseqüentemente, tais fatos o ajudam a superar sua condição de escritor “pequeno-burguês” transformando-o em um escritor engajado – um escritor revolucionário – além de militante político de uma organização

---

<sup>20</sup> Idem, ibidem, p.77.

<sup>21</sup> CALLADO, Antonio. *Quarup*. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. CONY, Carlos H. *Pessach: A travessia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

guerrilheira. Esta organização, com sua ajuda, desencadeia a luta revolucionária não com a finalidade de tomar o poder, mas com o objetivo de alterar as relações de força então vigentes de modo a forçar os militares e a ditadura a negociarem novas posturas políticas. Entretanto, após o início da luta armada contra a ditadura – o romance tem o mérito de ser dos primeiros a narrar tal acontecimento – a organização guerrilheira é traída por um de seus membros e dizimada pelo exército: no confronto, Vera é morta. No final do livro lemos:

Estou barbado, sujo de sangue, fedendo à terra e à morte. Mas há luz à minha frente, a aurora que nasce para mim – e para ela caminho [...]

Há selvagem, estranha alegria quando abandono a travessia e volto à margem. A aurora, agora atrás de mim, esquenta com a vertigem e o clamor de sua luz vermelha o corpo que – não mais trôpego, e transparente – surge afinal, obstinado e lúcido, a serviço do homem, de encontro à vida.

Desenterro a metralhadora – e avanço<sup>22</sup>.

Nesse texto conclusivo do romance é possível identificar os traços do herói revolucionário na era da guerrilha: “*barbado, sujo de sangue, fedendo à terra e à morte*”. De certo modo, ele reencena a figura do militante guerrilheiro – como os envolvidos na revolução cubana – e também a do revolucionário clássico, configurada por Olgária no livro mencionado; de fato, o que o impele a continuar é a “aurora que nasce para mim”, ou seja, a perspectiva idealizada do estabelecimento de um tempo novo, um futuro gerado a partir do presente: de sua ação, portanto. É deste ponto temporal que ele pode – em ato que resvala à loucura ou reedita o mito da criação – afirmar tal perspectiva e tornar-se “obstinado” e a “serviço do homem” – com a metralhadora em punho. Em outras palavras: disposto a matar pelo partido ou pela conquista do poder. No entanto, essa postura o insere, embora em escala degradada ou menor, na tradição dos “revolucionários tagarelas”; ao mesmo tempo, o aprisiona na tradição marxista apontada pela autora – que comporta o ascetismo bolchevique e, portanto, o desprezo pelo destino e felicidade do indivíduo.

Como se pode notar, o romance manifesta visão próxima à exalada pela tradição de teatralidade da política francesa – embora não possa ser nela incluída por vários motivos. Ele configura tanto um programa revolucionário quanto reivindicações aparentadas às práticas políticas preponderantes no campo do poder socialmente

<sup>22</sup> CONY, Carlos Heitor. Op. cit. , p. 301.

estabelecido, além de se inserir na lógica do vencido-vencedor – também examinada por Olgária Matos.

Tanto *Quarup* quanto *Pessach: A travessia* repetem a atração pela violência como “parteira da história”, inserindo-se dessa forma na tradição marxista que tende a sacrificar o indivíduo e também na tradição das “Teorias do Horror” apontadas criticamente por Olgária, embora manifestem apego pela cultura popular, pela revolução, pela figura do escritor engajado, pela aliança dos intelectuais com as camadas populares – além de valorizarem o papel social da mulher. Ressalve-se, entretanto – como já foi acima anotado – que em *Quarup* pode-se encontrar uma visão atenuada de tais tradições, já que concebe o processo revolucionário como relacionado a um mundo pacificado e maternal.

Convém realçar, porém, que nem todos os romances publicados às vésperas da promulgação do AI-5 (1968) manifestam visão semelhante, já que alguns poucos destoam dos de Cony e de Callado por não promoverem a revisão do papel social da mulher ou do escritor e nem apresentar visão positiva do engajamento político deste; tampouco manifestam visão esperançosa sobre o processo da revolução social ou da resistência à ditadura e nem heroizam o revolucionário, preferindo acentuar aspectos obscuros do processo de modernização e da política terrorista adotada pelo Estado ditatorial. Além disso, narram com desconfiança a identidade entre os intelectuais e o povo, que é um dos aspectos fundamentais da cultura da época, além de revelarem preocupação com o futuro da vida cultural e da própria literatura, já que a percebem como ameaçada não apenas pela atmosfera política do período, mas também pelo processo modernizador e autoritário imposto ao país, que efetivamente criou condições materiais a ela desfavoráveis.

Exemplar dessa tendência é o romance de Ignácio de Loyola Brandão, *Bebel que a cidade comeu*<sup>23</sup>. Embora sem alcançar o patamar literário de *Quarup* ou mesmo de *Pessach: A travessia* e de apresentar problemas vários na elaboração do que se poderia chamar de composição, o livro de Brandão tem evidente interesse por, de modo sintomático, incorporar em sua matéria manchetes e notícias de jornais ou da televisão – sem, porém, manifestar o tipo predominante de estreitamento das relações entre literatura e jornalismo, que tanto marcaria os anos seguintes<sup>24</sup> –, além de pressentir uma crise do romance diante do poderio das linguagens do jornal ou da televisão. Semelhante incorporação deve, nessa medida, ser encarada como uma tentativa de atualizar não apenas o romance tradicional e sua linguagem como

<sup>23</sup> BRANDÃO, Ignácio L.; *Bebel que a cidade comeu*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1968.

<sup>24</sup> Sobre esse assunto cf. ARRIGUCI Jr, Davi. “Jornal, realismo, alegoria: o romance brasileiro recente”. In: *Achados e Perdidos*. São Paulo: Ed. Polis, 1979.

também o próprio papel social do livro em um país em que, dado o caráter da estrutura social brasileira, predominam esmagadoramente os incultos – para seguir o termo usado por Antonio Candido, em “Literatura e subdesenvolvimento.”<sup>25</sup> Nesse movimento, o romance de Brandão configura o que, na falta de outro termo, poderia ser denominado de “linguagem de prontidão”: se o termo pode parecer algo desajeitado, não o é a constatação que lhe serve de apoio, formulada por Walter Benjamin em aforismos contidos em *Rua de mão única*<sup>26</sup>, nos quais, dentre outros assuntos, traça o programa da literatura futura:

Terá de cultivar e aperfeiçoar, no panfleto, na brochura, no artigo de jornal, no cartaz, aquelas formas desprezíveis que se ajustam melhor a sua influência nas comunidades ativas do que o ambicioso gesto universal do livro. Só esta linguagem imediata se mostra capaz de responder ativamente às solicitações do momento.<sup>27</sup>

A escrita, que encontrava refúgio no livro impresso, onde levava uma existência autônoma, é implacavelmente arrastada para a rua pelos reclames e submetida às brutais heteronomias do caos econômico. É essa a escola de sua nova forma.<sup>28</sup>

Nessa perspectiva – sem perder o senso de medida e do valor real da obra – sua linguagem ou mesmo seus procedimentos parodiam ou citam – não sem ironia – peças publicitárias, panfletos políticos ou propaganda estatal, referências cinematográficas ou televisivas, de modo a constituir uma engenhosa atualização da linguagem romanesca. Como acima sugerido, a assimilação destes procedimentos oriundos dos diversos meios técnicos contemporâneos resulta em modo de conferir ao romance a capacidade de rivalizar com os novos meios de comunicação relacionados com a consolidação da indústria cultural no país<sup>29</sup>. Ele recorre ainda ao uso da montagem<sup>30</sup>: esse procedimento, não por acaso, se tornaria o princípio constitutivo da maior parte dos romances “de resistência”<sup>31</sup>, que apareceria na segunda metade da

<sup>25</sup> CANDIDO, Antônio. “Literatura e subdesenvolvimento”. In: *A Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ed Ática, 1987.

<sup>26</sup> BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. Belo Horizonte: Ed Autêntica, 2013.

<sup>27</sup> Idem, ibidem, p. 9.

<sup>28</sup> Idem, ibidem, p. 25.

<sup>29</sup> Em “A nova narrativa”, Antonio Candido, embora não se refira explicitamente a *Bebel que a cidade comeu*, parece não aprovar esse tipo de romance devido ao uso de tais procedimentos técnicos, já que para ele isso decorreria das vanguardas dominantes na década de 1960-70, (ou seja, do concretismo) e provocaria uma espécie de dissolução do gênero romanesco. Em oposição a isso, valoriza obras que “apresentam uma escrita tradicional, com [...] aceitação dos limites da palavra escrita, renúncia à mistura de recursos e artes” (“A nova narrativa”. In: *A Educação pela noite*. São Paulo: Ed. Ática, 1987, p. 214).

<sup>30</sup> O uso da montagem, por privilegiar a simultaneidade – espacial ou temporal – e a multiplicidade dos pontos de vista no interior da narrativa pode estar conectado na Europa à época das vanguardas com o abalo na confiança da noção de progresso. Seu uso contestaria tanto uma visão linear do transcorrer da história quanto uma concepção teleológica desta. Sobre esse assunto Cf. FRANCO, Renato. *Itinerário político do romance pós-64: A Festa*. São Paulo: Ed Unesp, 1998, pp.40-41.

<sup>31</sup> Sobre essa produção romanesca, Cf. Franco (1998), em especial o movimento 4.

década de 1970 e informaria outro romance importante do autor, *Zero* (1975). *Bebel que a cidade comeu* aborda, portanto, uma dimensão pouco explorada em nossa literatura: ao narrar a história de uma garota logra configurar literariamente o mecanismo da televisão e da indústria cultural, cuja modernização seria enormemente estimulada pelo governo militar na década seguinte.

O referido romance de Loyola Brandão narra ainda a trajetória de Bernardo, um intelectual que, como Padre Nando (*Quarup*) ou Paulo Simões (*Pessach: A travessia*) também busca a transformação pessoal por meio da atividade política; entretanto, diferentemente dos personagens citados, conhece nessa tentativa seguidos fracassos terminando por ser preso por portar uma arma – que jamais logrou utilizar. Em outras palavras, o romance alude desse modo ao (possível) fracasso da adesão dos intelectuais à luta armada contra a ditadura, que então começava a se expandir e forneceu a matéria histórica privilegiada das obras de Callado e Cony. Ainda em direção análoga a essa – e em oposição ao que ocorria na maior parte das obras literárias, cinematográficas ou teatrais do período – o romance configura uma relação tensa entre povo e intelectuais, como se pode verificar nessa passagem: “No dia da paixão apanhei muito em plena rua e o povo observava e ninguém dizia nada. Um falou: ‘pau nesses comunistas’”<sup>32</sup>. *Bebel que a cidade comeu* também narra o clima de terror então reinante no país aludindo à repressão aos militantes de esquerda, às prisões em massa e arbitrarias: “Dá jeito de vocês conseguirem levantar meu processo do Deops? Ao menos saber por que estou preso?” Ou ainda: “Achei um espelho. Vi meu rosto. Uma caveira. [...] O olho mudou a cor”.

Nesse sentido, pode-se constatar que esse romance talvez tenha efetivamente iniciado um modo novo de narrar a história recente do país: uma narração a contrapelo, para usar a expressão de Walter Benjamin, capaz de se opor à história oficial – sempre acostumada a fornecer uma versão monumental dos acontecimentos – e de, nessa medida, dar voz ao sofrimento dos derrotados e expressar o quê de fato ocorria no país. Nessa direção, é exemplar essa passagem capaz de caracterizar a radicalização da repressão que ocorreria após 1968 com o estabelecimento de um efetivo Estado Exterminista<sup>33</sup> entre nós: “A gente ouve tiros á noite e no dia seguinte desapareceu alguém. Dizem que são fuzilamentos. Estou com medo”<sup>34</sup>.

O romance desenvolve ainda outra vertente da narração, na qual a modernização de São Paulo é literariamente configurada, mas sempre com ironia e

<sup>32</sup> BRANDÃO, Ignácio. Op. cit., p. 367.

<sup>33</sup> Sobre tal conceito, Cf. VIRILIO, P. e LOTRINGER, S; *Guerra Pura: a militarização do cotidiano*. São Paulo: Ed Brasiliense, 1984.

<sup>34</sup> BRANDÃO, Ignácio. Op. cit., pp. 367-8.

afastamento<sup>35</sup>. Nessa perspectiva, o ritmo vertiginoso do crescimento da cidade é contraposto a acontecimentos envolvendo o país no cenário internacional, que fornece a visão crítica do caráter da modernização brasileira, seja em passagens como esta “Técnicos atestam: a poluição em São Paulo é noventa por cento maior que em Los Angeles”<sup>36</sup> ou nesta sequência de notícias dispostas em uma página<sup>37</sup> como se fossem manchetes jornalísticas, mas que também funcionam como poemas curtos; mais precisamente, compondo uma espécie de “Canção do Exílio” às avessas:

EDER PERDE O TÍTULO  
MUNDIAL DE PESOS GALOS  
[.....]  
BRASIL, BI-CAMPEÃO MUNDIAL  
DE BASQUETE, PERDE O TÍTULO.  
[.....]  
MISS BRASIL  
NÃO CHEGA A FINALISTA

NENHUM ARTISTA DO BRASIL  
ENTRA NA BIENAL DE VENEZA

BRASIL PERDE PENTATLO MILITAR  
[.....]

BERLIM! BRASIL PROJETO O PIOR  
FILME DO FESTIVAL!

ACABOU-SE O NOSSO TRI: BRASIL PERDEU PARA  
PORTUGAL NAS OITAVAS DE FINAL.

A sequência de notícias (poemas?), contudo, é interrompida por uma informação contrastante com as demais, sendo a única em que o país obtém êxito internacional; entretanto, o êxito é obtido exatamente por quem não conta com qualquer apoio oficial, inserindo-se assim na contracorrente da modernização e do suposto gigantismo do país:

NANCY; TUCA, SEM APOIO OFICIAL, VENCE O  
FESTIVAL UNIVERSITÁRIO DE TEATRO.

Enfim, esse procedimento literário aliado ao uso da montagem permite ao romance configurar a tensão reinante então no país e dar voz às várias perspectivas

---

<sup>35</sup> Nesse quesito, o romance de Loyola Brandão parece manter afinidade com a visão expressa poucos anos antes pelo filme de Luís Sérgio Persons intitulado *São Paulo S.A.* (1965).

<sup>36</sup> BRANDÃO, Ignácio. Op. cit., p.24.

<sup>37</sup> Idem, ibidem, p. 251.

ou pontos de vista que teciam o presente e a vida política da época. Exemplo disso é transcrição de uma pichação em forma de poema, que afirma ameaçadoramente<sup>38</sup>:

NÃO QUEREMOS  
QUE O BRASIL  
SEJA UM NOVO  
VIETNÃ.

#### IV

Talvez os romances citados não se relacionem diretamente com a tradição francesa de “teatralização da violência”, apontada por Olgária. Isso, porém, não retira deles o interesse, nem diminui o fato de constituírem – sem apelar para qualquer forma de realismo enquanto “retrato” da realidade – espécie de radar preciso das tendências e contradições de nosso 1968 – que, como se pode observar, difere muito das implicadas no maio francês. Não é inocente nem mera ficção despropositada a fala de um dos personagens do romance acima examinado de Loyola Brandão: “A gente ouviu tiros à noite e no dia seguinte desapareceu alguém. Dizem que são fuzilamentos. Estou com medo”<sup>39</sup>. Ela aponta para um dado histórico, para uma elaboração literária de um fato extra-estético, como diria Roberto Schwarz<sup>40</sup>: para o efetivo estabelecimento de um Estado exterminista no país – ou seja, para a prática do Terror Estatal, cuja origem moderna remonta à Revolução francesa, conforme demonstra Olgária.

O Estado exterminista é configurado no Brasil, após dezembro de 1968, com a decretação do “Estado de exceção” – ou seja, com a suspensão de todo e qualquer direito da população – e a consequente adoção de uma política destinada a instaurar o Terror: em outras palavras, destinada inclusive a exterminar fisicamente os adversários da ditadura. Tal objetivo – o de exterminar – passou assim, de modo inusitado, a constituir uma política de Estado. Esse aspecto não é certamente desprezível, apresentando inúmeras consequências.

Em *Guerra Pura: a militarização do cotidiano*<sup>41</sup>, Paul Virilio e Sylvère Lotringer caracterizam tal política como típica de uma “sociedade de desaparecimento”. Ela seria constituída pelo exercício do poder estatal diretamente sobre o corpo do cidadão,

<sup>38</sup> BRANDÃO, Ignácio, Op. cit., p.269.

<sup>39</sup> Ibidem, pp. 367-8.

<sup>40</sup> Sobre esse assunto, Cf. SCHWARTZ, Roberto. Pressupostos, salvo engano, da dialética da malandragem. In: *Que Horas São?* São Paulo: Cia das Letras, 1987.

<sup>41</sup> VIRILIO, Paul e LOTRINGER, Sylvère. *Guerra Pura: a militarização do cotidiano*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984. Cf. também o referido ensaio de Arantes, “1964”.

fato que pressupõe a tortura como prática cotidiana; além disso, o exercício de tal poder estatal também se concretizaria na disposição deliberada de aniquilar os presos ou vítimas – promover seus “desaparecimentos”. Na Argentina, Pilar Calveiro chega a propor o termo “poder desaparecedor”, que parece também justificado.<sup>42</sup> Enfim, para caracterizar tal lógica e identificar a intensidade da natureza terrorista do Estado, Arantes, no ensaio citado, lembra ainda que em *A Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*<sup>43</sup> o historiador Eric Hobsbawm identificou nas ditaduras latino-americanas “a era mais sombria de tortura e contraterror da história do ocidente”.

A existência de um Estado exterminista não se reduz a “desaparecer” com suas vítimas: ao contrário, ele também requer “como em uma guerra” – e ele não deixava de fazer parte de uma, conforme assinalado por Arantes<sup>44</sup> –, o controle do fluxo de informações e, sobretudo, do que o cidadão (para usar aqui um eufemismo) pode ou não saber. Em outras palavras: ele requer também o extermínio da cultura local, em especial daquela capaz de identificar e equacionar os problemas do país ou das classes populares – nesse caso, a erradicação tanto da herança cultural das décadas anteriores proveniente do surto nacional-desenvolvimentista interrompido em 1964 quanto do modo artesanal de produzi-la.

Além disso, como necessita apagar os vestígios ou marcas de sua própria atuação terrorista, a lógica exterminista requer, ainda, tanto o aniquilamento da voz da sociedade quanto da possibilidade de constituição da memória social, a fim de soterrar – recalcar – as atrocidades do presente cometidas por ela mesma. Dessa necessidade resulta a adoção de outra face da política do Terror ou exterminista: a adoção em larga escala da política da terra arrasada, que, por sua vez, exige a erradicação radical da memória dos vencidos. De fato, para seu sucesso, ela precisa exterminar a memória do que um dia foi possível na história, assim como as imagens de lutas e de resistências passadas, com o objetivo de impedir sua transmissão às gerações futuras. Ela ambiciona tanto interromper a tradição dos oprimidos quanto soterrar sua história, transformando-a em um “cenário de ruínas que não param de crescer”, para parafrasear Walter Benjamin. Dessa maneira, os vencidos seriam também despojados da capacidade de identificar “os momentos de perigo”: não seria esse um dos objetivos básicos das empresas de comunicação? Desmantelar tal tradição e tal memória por meio da apropriação do processo de sua transmissão, que seria embalado por elas com o papel dourado do conformismo? E por acaso este não se reveste de formas e modos que tornam agradável tal transmissão, de maneira a torná-

<sup>42</sup> CALVEIRO, Pilar. *Política y/o violência*. Buenos Aires: Ed. SigloVeintiuno, 2013.

<sup>43</sup> HOBSBAWM, Eric. *A Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 433. Citado por Arantes, Paulo Eduardo, op. cit., p. 284.

<sup>44</sup> ARANTES, Paulo E. “1964”. Op. cit., p. 294.

la até mesmo desejável por suas vítimas, conforme a anotação perspicaz de Adorno e Horkheimer no capítulo referente à indústria cultural?

Para concluir – embora sem examinar com propriedade as práticas locais do Estado exterminista – convém lembrar que a política exterminista requereu ainda um uso intenso e indiscriminado da censura na vida cultural, sempre com o objetivo de devastar a paisagem desse campo e de calar a voz da sociedade: forjando para tanto uma atmosfera radical de terror, para dizer ainda mais uma vez. Ela também atacou a vida universitária e a concepção de conhecimento, até então socialmente valorizada, entre outros fatos e práticas que até o presente não foram devidamente esclarecidas. Ela também serviu para o Estado ditatorial afetar em profundidade a formação intelectual e emocional do cidadão, impedindo-o de se expressar e de estabelecer vínculos sociais efetivos, fato que acarreta consequências de longo prazo. Para melhor caracterizar seu alcance, talvez seja possível recorrer a uma imagem dramática: ela logrou efetuar uma espécie de lobotomia na memória coletiva, particularmente na das classes oprimidas.

Finalmente, ela também ajudou a consolidar no país a lógica política do vencedor e do vencido e, nessa medida, do ódio, do ressentimento, do amigo-inimigo – e do terror. Que, para parafrasear Arantes, parece “não acabar nunca”<sup>45</sup>.

## Bibliografia

- ARANTES, Paulo E. “1964”. In: *O novo tempo do mundo*, São Paulo: Editora Boitempo, 2014.
- ARRIGUCI Jr, Davi. “Jornal, realismo, alegoria: o romance brasileiro recente”. In: *Achados e Perdidos*. São Paulo: Ed. Polis, 1979.
- BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. Belo Horizonte: Ed Autêntica, 2013.
- BRANDÃO, Ignácio L.; *Bebel que a cidade comeu*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1968.
- CALLADO, Antonio. *Quarup*. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- CANDIDO, Antônio. “Literatura e subdesenvolvimento”. In: *A Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ed Ática, 1987.

---

<sup>45</sup> ARANTES, Paulo E. “1964”. In: *O novo tempo do mundo*, São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

- \_\_\_\_\_. “A nova narrativa”. In: *A Educação pela noite*. São Paulo: Ed. Ática, 1987.
- CALVEIRO, Pilar. *Política y/o violência*. Buenos Aires: Ed. SigloVeintiuno, 2013.
- CONY, Carlos H. *Pessach: A travessia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- FRANCO, Renato. *Itinerário político do romance pós-64: A Festa*. São Paulo: Ed Unesp, 1998.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MATOS, Olgária. *Paris 1968. As barricadas do desejo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Advinhas do tempo: êxtase e revolução*. São Paulo: Ed Hucitec, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A Escola de Frankfurt – Luzes e sombras do iluminismo*. São Paulo: Ed Moderna, 1993
- SCHWARTZ, Roberto. Pressupostos, salvo engano, da dialética da malandragem. In: *Que Horas São?* São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. “Cultura e Política no Brasil: 1964-1969”. In: *O Pai de família e outros estudos*, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1977.
- VIRILIO, Paul e LOTRINGER, Sylvère. *Guerra Pura: a militarização do cotidiano*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

Recebido em 06.10.2018.

Aceito para publicação em 18.10.2018.

© 2018 Renato Franco. Esse documento é distribuído nos termos da licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional ( [http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR) ).